

CONHECIMENTOS GERAIS

1

A Constituição é lei e deve ser cumprida. O cidadão tem a responsabilidade de participar. Cada um faz a diferença. A democracia se constrói, se aprende e se reaprende. O Brasil está fadado a ser uma nação justa, livre e igualitária. Nesse sentido, à luz da Constituição Federal de 1988 e em respeito ao Estado Democrático de Direito, assegura-se que o(a)

- (A) trabalho do preso deve ser remunerado, observando-se o mesmo patamar mínimo instituído por lei para o salário mínimo, já que seu objetivo é garantir proteção aos trabalhadores que se encontram na base da pirâmide salarial.
- (B) Poder Judiciário, à vista do princípio da isonomia, uma vez acionado, poderá aumentar os vencimentos de servidores públicos, considerando o desempenho em funções e cargos correlatos.
- (C) partido político, em virtude do princípio da igualdade, pode criar distinções na distribuição dos recursos públicos destinados à campanha eleitoral exclusivamente baseadas no gênero.
- (D) extensão, às uniões homoafetivas, do mesmo regime jurídico aplicável à união estável entre pessoas de gênero distinto não se justifica, visto que isonomia é tratar da mesma forma apenas os que são iguais e de forma distinta os que são diferentes.
- (E) segregação de presos provisórios com apoio no grau de instrução acadêmica é inadmissível, pois trata-se de mera qualificação de ordem estritamente pessoal.

2

A teoria da separação dos Poderes da República tem desempenhado um papel primordial na conformação do chamado Estado Constitucional.

Dessa forma, reconhece-se que

- (A) a intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes.
- (B) a ingerência do Poder Judiciário é inadmissível na imposição de sanções pelo Poder Executivo, no que diz respeito ao incumprimento da obrigação de pagar tributos, em respeito ao princípio da separação dos poderes.
- (C) o Poder Judiciário não pode determinar que a Administração Pública adote medidas assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, pois essa determinação configura violação do princípio da separação dos poderes.
- (D) o Poder Judiciário pode exercer o controle jurisdicional em relação à interpretação do sentido e do alcance de normas regimentais das Casas Legislativas.
- (E) as comissões estaduais de inquérito (CPIs), em homenagem ao princípio da separação de poderes, não podem requerer quebra de sigilo de dados bancários.

3

No Brasil, o presidencialismo foi instituído a partir da Proclamação da República, em 1889, e desde então vem sendo o sistema de governo adotado ao longo de toda a evolução histórica republicana, previsto em todas as Constituições brasileiras desse período.

O presidencialismo brasileiro se configura como forma de governo

- (A) popular
- (B) unificador
- (C) ideológico
- (D) de garantias
- (E) de coalizão

4

Considere o texto a seguir, que foi publicado na Agência Câmara de Notícias (adaptado).

Entre as prioridades para o Orçamento de 2023, o projeto de lei destaca a agenda da primeira infância, que inclui construção de creches; ações voltadas à segurança hídrica; incentivo ao uso de energias renováveis; programas voltados para geração de emprego e renda; e investimentos plurianuais em andamento.

O trecho acima faz referência a um instrumento de planejamento da Administração Pública que, além dos itens citados no texto, deve legalmente dispor também sobre

- (A) limites para suplementações orçamentárias no exercício
- (B) diretrizes para criação de programas de duração continuada
- (C) critérios e programas para redução das desigualdades regionais
- (D) parâmetros específicos para execução do orçamento de áreas funcionais
- (E) normas para avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento

5

Dados apresentados pelo Tesouro Nacional revelam que “a despesa de pessoal do Poder Executivo Federal atingiu 18,9% da Receita Corrente Líquida (RCL) em 2022, uma redução de 2,9 pontos percentuais em relação a 2021, quando foi de 21,8% da RCL”.

Esse resultado foi apurado após o encerramento do exercício de 2022 e sua análise indica que a(o)

- (A) base de apuração do limite registrou um aumento significativo no período.
- (B) exclusão de despesas com pessoal terceirizado explica a redução do percentual.
- (C) margem em relação ao limite máximo representou maior folga fiscal em 2022.
- (D) valor apurado voltou, com a redução, a ficar abaixo do limite prudencial.
- (E) governo só pode aumentar seu gasto com pessoal se reduzir os percentuais apurados.

6

No contexto da redemocratização política do Brasil, em especial em função da promulgação da Constituição Federal de 1988 e graças à mobilização da sociedade civil e de lideranças indígenas, observou-se a ampliação do direito à proteção e ao usufruto das terras dos povos originários. No entanto,

É muito comum nos depararmos com afirmações de que, no Brasil, “há muita terra para pouco índio”, geralmente acompanhadas de assertivas segundo as quais as populações indígenas e tradicionais são um “entrave ao desenvolvimento”. A primeira questão a se colocar quanto a isso seria justamente a respeito da definição do modelo de desenvolvimento. Essas são certamente duas imagens cristalizadas cuja origem remonta às décadas de 1950-1970, quando vigorava um conceito de desenvolvimento associado ao nacional-desenvolvimentismo, e que têm voltado com muita força no atual contexto brasileiro, em meio a violentas disputas pelos territórios indígenas. [...] Por outro lado, a extensão das terras brasileiras que são propriedade particular de grandes produtores rurais abrange cerca de 20% do território nacional, repartidas em pouco mais de cem mil propriedades. [...] A renda do setor, que cresceu 13% em 2017, é a que, por anos, vem carregando o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, correspondeu nos últimos 15 anos, em média, a 23% do PIB nacional (CEPEA, s.d). Em função desse modelo de desenvolvimento, voltado para a exportação de produtos primários, os povos indígenas continuam sendo considerados um “empecilho” ao desenvolvimento, mas um desenvolvimento praticado de forma predatória, ao bem dos interesses particulares de poucos, e não do interesse comum.

LOUREIRO, C. D. Direitos dos povos indígenas e desenvolvimento na Amazônia. *Revista de Estudios Brasileños*. Universidad de Salamanca, v. 6, n. 11, p. 56-57, 2019. Adaptado.

Levando em conta o texto acima, a noção de que “há muita terra para pouco índio”

- (A) justifica-se pela condescendência da legislação indigenista, própria da Constituição Federal de 1988, a qual, complacente com a ociosidade que marca as culturas indígenas no país, privilegia os povos originários, promovendo, assim, a concentração de terras e riquezas nas mãos de poucos indivíduos.
- (B) legitima-se pelo avanço do agronegócio no Brasil, uma vez que concorre para a ampliação das fronteiras agrícolas, na mesma medida em que contribui para a proteção do direito à terra e para a manutenção dos modos de vida dos povos originários.
- (C) relaciona-se com uma certa concepção de desenvolvimento, associada a um tipo de exploração predatória da terra, da qual decorre desacertadamente que o reconhecimento da propriedade indígena representaria um suposto entrave à economia sustentável do país.
- (D) sustenta-se numa premissa nacional-desenvolvimentista, que encontrou sua máxima expressão no período chamado de “milagre econômico”, cuja atualização em nossos dias tem como principal objetivo a produção de riqueza e sua distribuição mais equânime, justa e igualitária.
- (E) fundamenta-se no reconhecimento da natureza conservacionista dos povos originários, que, por causa dessa característica, representam um obstáculo ao desenvolvimento sustentável do país.

7

Considere os textos sobre política pública.

Texto I

Políticas públicas repercutem na economia e na sociedade, daí porque qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. [...] Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o “governo em ação” e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações.

SOUZA, C. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAN, G. et al. (org.). *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007. p. 69. Adaptado.

Texto II

Nos ciclos de uma política pública, identifica-se o processo de criação de opções sobre o que fazer a respeito de um problema público. Nesse estágio do processo político-administrativo, faz-se a identificação, o refinamento e a formalização de opções políticas que poderão ajudar a resolver as questões e os problemas reconhecidos como relevantes. Também se considera a viabilidade dessas opções políticas.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. *Política Pública*: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. p. 123. Adaptado.

A partir da análise comparada dos Textos I e II, conclui-se que

- (A) o Texto I introduz o Texto II, indicando as diretrizes do estágio denominado implementação de políticas.
- (B) o Texto I generaliza o Texto II, definindo o ciclo político denominado montagem da agenda.
- (C) o Texto II especifica o Texto I, descrevendo o estágio denominado formulação de políticas.
- (D) o Texto II contradiz o Texto I, minimizando a relevância da ação governamental na tomada de decisão política.
- (E) o Texto II complementa o Texto I, especificando o estágio denominado avaliação de políticas.

8

Considere o texto sobre a matriz energética brasileira.

Em 2021, representantes do Governo Federal participaram da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26), em Glasgow, na Escócia. [...] Segundo o Ministério de Minas e Energia, o Brasil é exemplo mundial em transição energética, com mais de 85% da matriz elétrica oriunda de fontes limpas e renováveis e 48% de renovabilidade em sua matriz energética total. Nessa direção, o Brasil registrou, até fevereiro de 2023, 890 parques eólicos instalados em 12 estados brasileiros. Eles somam 25,04 gigawatts de capacidade instalada em operação comercial, que beneficiam 108,7 milhões de habitantes.

Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2021/novembro/o-brasil-e-exemplo-mundial-em-transicao-energetica> e <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-04/capacidade-de-geracao-de-energia-eolica-deve-bater-recorde-neste-ano>. Acesso em: 26 fev. 2024. Adaptado.

No Brasil, do total de parques eólicos instalados, a maioria se encontra na Região

- (A) Norte, considerando as exigências dos Estudos de Impacto Ambiental.
- (B) Sul, fortalecendo o Índice de Desenvolvimento Econômico das cidades.
- (C) Sudeste, aumentando o Produto Interno Bruto das cidades com parques.
- (D) Centro-Oeste, estabilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor.
- (E) Nordeste, elevando o Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios.

9

Considere o texto sobre discriminação social no Brasil.

Os idosos correspondem a quase 15% da população brasileira. Apesar das estatísticas de aumento da longevidade nos últimos tempos, eles ainda sofrem preconceito. Em meio às limitações no mercado de trabalho e estereótipos que ditam os locais, roupas e estilo de vida que devem ser adotados, essa parcela da população tem se mostrado cada vez mais ativa, revelando como a longevidade pode ser positiva. O tema ganhou repercussão no Brasil no início de 2023 após a divulgação de um vídeo em que estudantes de uma universidade particular debocham de uma colega de 40 anos. No vídeo, uma das estudantes ironiza: “Gente, quiz do dia: como ‘desmatricula’ um colega de sala?”. Logo na sequência, outra jovem responde: “Mano, ela tem 40 anos já. Era para estar aposentada”. “Realmente”, concorda a terceira fazendo uma cara de deboche.

Disponível em: [https://www.cnnbrasil.com.br/saude/\[...\]](https://www.cnnbrasil.com.br/saude/[...]). Acesso em: 26 fev. 2024.

O tipo de discriminação social mencionado e a sua qualificação legal correspondem especificamente ao

- (A) idadismo, previsto como delito na Constituição Federal.
- (B) etarismo, considerado como crime no Estatuto da Pessoa Idosa.
- (C) ageísmo, tratado como direito pela Constituição Federal.
- (D) racismo, concebido como contravenção no Código Penal.
- (E) capacitismo, considerado como delito no Estatuto da Pessoa Idosa.

10

Considere os artigos do Decreto Lei nº 200/1967 sobre a estrutura organizacional da Administração Pública Federal.

Art. 1º. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República auxiliado pelos Ministros de Estado. Art. 2º. O Presidente da República e os Ministros de Estado exercem as atribuições de sua competência constitucional, legal e regulamentar com o auxílio dos órgãos que compõem a Administração Federal. Art. 3º. Respeitadas as limitações estabelecidas na Constituição e observadas as disposições legais, o Poder Executivo regulará a estruturação e o funcionamento dos órgãos da Administração Federal. [...] Art. 6º. As atividades da Administração Federal obedecerão aos seguintes princípios fundamentais: planejamento; coordenação; descentralização; delegação de competência; controle.

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-200-25-fevereiro-1967-376033-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 fev. 2024.

Nas atividades da Administração Federal, a elaboração e a atualização de instrumentos, tais como o plano geral de governo, os programas gerais, setoriais e regionais, de duração plurianual, o orçamento-programa anual e a programação financeira de desembolso, obedecem diretamente ao seguinte princípio fundamental:

- (A) controle
- (B) planejamento
- (C) coordenação
- (D) descentralização
- (E) delegação de competência

11

Considere o texto sobre a descentralização do Sistema Único de Saúde no Brasil.

Estabelecida a partir da Constituição Federal de 1988 [...], a descentralização da gestão e das políticas da saúde no país – feita de forma integrada entre a União, estados e municípios – é um dos princípios organizativos do Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com este princípio, o poder e a responsabilidade sobre o setor são distribuídos entre os três níveis de governo, objetivando uma prestação de serviços com mais eficiência e qualidade e também a fiscalização e o controle por parte da sociedade.

DESCENTRALIZAÇÃO. **PenseSUS - A reflexão fortalece essa conquista.** Disponível em: <https://pensesus.fiocruz.br/descentralizacao>. Acesso em: 10 fev. 2024. Adaptado.

Com base nesse princípio organizativo, estabelece-se que cada

- (A) município do país tem a sua autoridade sanitária indicada pela União, considerando as especificidades locais para essa designação.
- (B) município define uma macrorregião de saúde, respeitando a complexidade da provisão de serviços dentro de seu território.
- (C) município define as áreas em que as secretarias estaduais investem recursos, considerando as demandas locais.
- (D) estado é responsável pela definição da autoridade sanitária dos municípios, discriminando as regiões de saúde.
- (E) esfera de governo é autônoma em suas decisões e atividades, respeitando os princípios gerais e a participação da sociedade.

12

Considere o texto sobre o poder legislativo no Brasil.

O Poder Legislativo, segundo o art. 44 da Constituição Federal de 1988, é exercido pelo Congresso Nacional. [...] Quanto às competências do Congresso Nacional, podemos reuni-las em três conjuntos: 1º) o das atribuições relacionadas às funções do Poder Legislativo federal; 2º) o das atribuições das Casas do Congresso, quando atuam separadamente; e 3º) o das atribuições relacionadas ao funcionamento de comissões mistas e de sessões conjuntas, nas quais atuam juntos os parlamentares, embora votem separadamente. Uma das Casas do Congresso é composta por representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional em cada estado, em cada território e no Distrito Federal. [...] Nela, o número de parlamentares é proporcional à população do estado ou do Distrito Federal, com o limite mínimo de oito e máximo de setenta representantes para cada um deles.

BRASIL. Congresso Nacional. **Atribuições.** Brasília, DF: Congresso Nacional. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/institucional/atribuicoes>. Acesso em: 10 fev. 2024. Adaptado.

A Casa do Congresso especificamente descrita acima é o(a)

- (A) Senado Federal
- (B) Ministério da Justiça
- (C) Supremo Tribunal Federal
- (D) Câmara dos Deputados
- (E) Controladoria Geral da União

13

O objetivo das ferramentas e aplicações de inteligência artificial deve sempre estar dirigido à melhoria da qualidade de vida das pessoas, postulando a inclusão daquelas parcelas da população historicamente discriminadas e pouco representadas.

Nesse contexto, a Inteligência Artificial caracteriza-se por

- (A) representar um sistema de aprendizado repetitivo.
- (B) poder ser usada apenas como fonte secundária para decisões judiciais.
- (C) poder contribuir como assistente de busca de jurisprudência.
- (D) ser incompatível com o sistema de proteção dos direitos fundamentais.
- (E) não agregar confiança ao sistema de justiça.

14

No que diz respeito à lei de acesso à informação, Lei nº 12.527/2011, verifica-se que ela

- (A) permite acesso às informações recolhidas especificamente a arquivos públicos.
- (B) divulga informações de interesse público, mediante requerimento.
- (C) tem por escopo único o controle da administração no uso de recursos públicos.
- (D) proíbe informações custodiadas por entidade privada.
- (E) assegura a proteção da informação, garantindo sua disponibilidade, autenticidade e integridade.



15

Um grupo de cidadãos pretende desenvolver atividades vinculadas aos direitos da pessoa humana, buscando aplicação prática dos conhecimentos teóricos que lhe foram ensinados em vários locais e com diversos níveis de abordagem. Nos termos do Decreto nº 7.037/2009, existem vários eixos e diretrizes que devem pautar o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3).

O fortalecimento dos Direitos Humanos como instrumento transversal das políticas públicas e de interação democrática é uma diretriz vinculada ao seguinte eixo orientador:

- (A) Desenvolvimento e Transparência
- (B) Educação e Cultura nas Comunidades
- (C) Interação democrática entre Estado e sociedade civil
- (D) Segurança Pública e Acesso à Justiça
- (E) Universalizar direitos em contexto de desigualdade

16

O prefeito de determinado município brasileiro realizou treinamento ofertado para lideranças locais com o intuito de melhorar os índices de satisfação dos cidadãos com os serviços prestados pelos órgãos públicos. Esse gestor pretende aplicar o padrão estabelecido pela Administração Federal, que passou a regular as atividades digitais implantadas em diversos setores públicos.

Nos termos da Lei nº 14.129/2021, constituem princípios e diretrizes do Governo Digital e da eficiência pública, dentre outros, o dever do gestor público de prestar contas diretamente à população sobre a gestão dos recursos públicos, bem como o uso de linguagem

- (A) compreensível a pessoas qualificadas
- (B) técnica adequada a qualquer cidadão
- (C) algorítmica sensível a qualquer cidadão
- (D) clara e compreensível a qualquer cidadão
- (E) popular, incluindo dialetos próprios a qualquer cidadão

17

A Administração Pública realizou um concurso para o provimento de cargos vagos. Cinco anos após a homologação, sem que houvesse nomeado e empossado os candidatos aprovados, resolveu realizar novo concurso.

Indignados, os candidatos prejudicados apresentam recurso administrativo, cujo resultado deve se basear no seguinte:

- (A) o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- (B) o prazo de validade do concurso público é indeterminado.
- (C) o prazo de validade do concurso público depende da autorização do Tribunal de Contas.
- (D) o prazo de validade do concurso deve ser submetido à consulta ao Poder Judiciário.
- (E) o prazo de validade do concurso depende de lei que o estabeleça.

18

Existem três funções básicas do governo que buscam mitigar as ineficiências dos mercados numa economia.

O exercício dessas funções **NÃO** terá o seguinte resultado:

- (A) aumento das assimetrias de informações
- (B) estabilização de preços
- (C) fornecimento de bens públicos
- (D) redução das desigualdades de distribuição de renda
- (E) regulação da oferta de monopólios naturais

19

Orçamento público é o instrumento utilizado pelo Governo Federal para planejar a utilização do dinheiro arrecadado com os tributos.

Essa ferramenta

- (A) fixa as receitas que o Governo espera arrecadar, enquanto estima as despesas a serem efetuadas.
- (B) fixa tanto as receitas que o Governo espera arrecadar quanto as despesas a serem efetuadas.
- (C) estima tanto as receitas que o Governo espera arrecadar quanto as despesas a serem efetuadas.
- (D) estima as receitas que o Governo espera arrecadar, enquanto fixa as despesas a serem efetuadas.
- (E) estima às vezes e fixa às vezes as receitas, sem impor limites às despesas a serem efetuadas.

20

Um dos aspectos fundamentais para o êxito de uma política pública é a adequada alocação de recursos para seu financiamento, o que normalmente se refere à programação de créditos orçamentários e às condições para execução das despesas correspondentes.

As limitações à execução orçamentária ao longo do exercício

- (A) podem afetar a previsibilidade, mas nunca a tempestividade da disponibilidade de recursos.
- (B) podem afetar a tempestividade, mas nunca a previsibilidade da disponibilidade de recursos.
- (C) podem afetar a tempestividade e a previsibilidade da disponibilidade de recursos.
- (D) não afetam nem a tempestividade nem a previsibilidade de recursos.
- (E) não afetam a gestão de políticas públicas financiadas pelo orçamento.

RASCUNHO

QUESTÃO DISSERTATIVA

Considere os textos a seguir.

Texto I

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

Capítulo VIII

DOS ÍNDIOS

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º - As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º - O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º - As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5º - É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6º - São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.

§ 7º - Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, § 3º e § 4º.

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao.htm. Acesso em: 29 fev. 2024.



Texto II

A Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou, em setembro de 2007, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (DDPI). Esse documento estabelece, dentre outros, os seguintes direitos:

Artigo 1

Os indígenas têm direito, a título coletivo ou individual, ao pleno desfrute de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais reconhecidos pela Carta das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o direito internacional dos direitos humanos.

[...]

Artigo 8

1. Os povos e pessoas indígenas têm direito a não sofrer assimilação forçada ou a destruição de sua cultura.
2. Os Estados estabelecerão mecanismos eficazes para a prevenção e a reparação de:
 - a) Todo ato que tenha por objetivo ou consequência privar os povos e as pessoas indígenas de sua integridade como povos distintos, ou de seus valores culturais ou de sua identidade étnica;
 - b) Todo ato que tenha por objetivo ou consequência subtrair-lhes suas terras, territórios ou recursos.
 - c) Toda forma de transferência forçada de população que tenha por objetivo ou consequência a violação ou a diminuição de qualquer dos seus direitos.
 - d) Toda forma de assimilação ou integração forçadas.
 - e) Toda forma de propaganda que tenha por finalidade promover ou incitar a discriminação racial ou étnica dirigida contra eles.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. Rio de Janeiro: UNIC, 2008. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_das_Nacoes_Unidas_sobre_os_Direitos_dos_Povos_Indigenas.pdf. Acesso em: 29 fev. 2024.

Texto III

Relatório da DPU constata ‘violação generalizada e sistemática de direitos humanos’ dos Yanomami

Documento, intitulado “Missão da DPU na Saúde Yanomami”, é referente a uma visita técnica do órgão para verificar a crise sanitária e humanitária que os indígenas enfrentam. Lideranças denunciaram a possibilidade de um “grande conflito” entre as comunidades por roça e comida.

Um relatório da Defensoria Pública da União (DPU) constatou uma “violação generalizada e sistemática de direitos humanos dos povos indígenas Yanomami e Ye’kwana”. O documento, intitulado “Missão da DPU na Saúde Yanomami”, é referente a uma visita técnica do órgão para verificar a crise sanitária e humanitária que os indígenas enfrentam.

RUFINO, Samantha. Relatório da DPU constata violação generalizada e sistemática de direitos humanos dos yanomami. **G1RR**, Boa Vista, 4 fev. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/02/04/relatorio-da-dpu-constata-violacao-generalizada-e-sistemica-de-direitos-humanos-dos-yanomami.ghtml>. Acesso em: 29 fev. 2024.

Quando se fala em proteção dos direitos humanos, deduz-se a existência de um Estado que os assegure e de normas jurídicas que obriguem a respeitá-los.

Entretanto, conforme constatado no relatório da Defensoria Pública da União (DPU), os povos indígenas têm seus direitos fundamentais para a garantia de sua dignidade humana desrespeitados, assim como o direito à terra e ao território, também fundamentais para a garantia dos seus direitos culturais específicos.

Na perspectiva de contribuir para a reflexão dessa questão, à luz dos três textos motivadores apresentados, redija um texto dissertativo contínuo de 30 a 40 linhas, abordando criticamente e de modo fundamentado os desafios dos direitos humanos quanto à questão indígena, identificando os seguintes aspectos:

- dois fatores que ameaçam as terras indígenas e seus povos no Brasil;
- duas propostas de intervenção do poder público no combate a essas ameaças;
- a suficiência ou não dos aspectos legais para a proteção e a garantia de dignidade dos povos indígenas no Brasil.

(Valor total: 100,0 pontos)

RASCUNHO

(Continua)

(Continuação)

RASCUNHO



RASCUNHO

EIXO 1

1

Em pesquisa para avaliar os fatores de motivação para novos funcionários do setor público, a maioria dos entrevistados fez relatos semelhantes aos dois depoimentos reproduzidos a seguir.

“Estabilidade, a qualidade de vida e é claro o salário, simples assim”.

“Uma vida com mais qualidade de vida, mais estável, e segurança para família, fruto da estabilidade do meio público”.

Considerando-se a hierarquia de necessidades de Maslow, a análise desses depoimentos demonstra que, para a maioria dos entrevistados, o principal fator motivacional para entrar em uma organização pública seria satisfazer o grupo das necessidades

- (A) fisiológicas
- (B) sociais
- (C) de autorrealização
- (D) de estima
- (E) de segurança

2

Considere um líder de uma organização que opera num ambiente institucional de baixa incerteza e alta estabilidade, com relações de trabalho consistentes e uma cultura corporativa forte. Ao ser questionado sobre como influenciar seus funcionários com pouco tempo de empresa a desempenharem bem as suas funções, ele respondeu:

“Na minha área, é por confiança: confio no que eles fazem. Existe uma conexão emocional forte entre nós, uma compreensão mútua que se desenvolve até o ponto de uma parte agir em nome da outra. Não há necessidade de monitoramento porque existe uma lealdade inquestionável entre nós”.

Essa declaração ilustra um contexto no qual a liderança estabeleceu um tipo de confiança nas relações organizacionais baseada no(a)

- (A) conhecimento
- (B) identificação
- (C) instituição
- (D) intimidação
- (E) cálculo racional

3

Um gerente está associado a um grupo de referência (grupo de pessoas que influencia significativamente o seu comportamento) cujos valores, atitudes e comportamentos ele desaprova ou rejeita.

Considerando-se o tipo de influência e de associação desse grupo de referência, ele é classificado como grupo de

- (A) negação
- (B) aspiração
- (C) afinidade
- (D) prevenção
- (E) conformidade

4

Com o objetivo de enriquecer o trabalho de um funcionário, um gerente buscou relacionar as experiências desse funcionário às dos clientes, compartilhando com ele e com seus colegas, em reuniões mensais, histórias de clientes que se beneficiaram dos produtos e serviços da organização, dando-lhes um lembrete poderoso do impacto de seu trabalho.

Essa ação desenvolvida pelo gerente está relacionada à seguinte dimensão essencial do trabalho:

- (A) combinação de tarefas
- (B) significância da atividade
- (C) expansão vertical das tarefas
- (D) compartilhamento de tarefas
- (E) abertura de canais de *feedback*

5

Na gestão de projetos, é recomendável que haja um processo para identificar e analisar regularmente as partes interessadas do projeto, documentando informações relevantes sobre seus interesses, envolvimento, interdependências, influência e impacto potencial no sucesso do projeto.

As partes interessadas de um projeto

- (A) incluem os membros da equipe do projeto, excetuando os profissionais de empresas terceirizadas ou fornecedores.
- (B) são as pessoas ou grupos que fornecem recursos e suporte para o projeto, sendo responsabilizados pelo sucesso do mesmo.
- (C) são as pessoas ou grupos que necessariamente estão envolvidos com aspectos financeiros do projeto.
- (D) são as pessoas ou grupos que são afetados ou podem afetar o projeto apenas de forma positiva.
- (E) podem ser um indivíduo, um grupo ou uma organização que possa afetar, ser afetado, ou sentir-se afetado por uma decisão, atividade ou resultado de um projeto, programa ou portfólio.

6

No gerenciamento de projetos, é necessário planejar as respostas aos riscos, o que envolve desenvolver alternativas, selecionar estratégias e acordar ações para lidar com a exposição geral aos riscos, além de tratar os riscos individuais do projeto.

Nesse contexto, a estratégia de aceitação do risco é relacionada à ação de

- (A) realizar acordos para passar a responsabilidade e a propriedade de riscos especificados para um terceiro.
- (B) desenvolver um protótipo para reduzir o risco de implementação de um processo ou produto a partir de um modelo de bancada.
- (C) pagar um prêmio a algum terceiro que assuma a ameaça como no estabelecimento de um seguro ou bônus de desempenho.
- (D) estabelecer uma reserva de contingência, incluindo valores para tempo, dinheiro ou recursos para cuidar da ameaça, caso esta ocorra.
- (E) alterar algum aspecto do plano de gerenciamento do projeto para eliminar inteiramente a ameaça, reduzindo a sua probabilidade de ocorrência a zero.

7

Pode-se dizer que, desde 2011, as práticas de transparência da administração pública evoluíram “do que está divulgado” pelos órgãos e entidades para o “direito a acessar o que não está divulgado”. A Lei de Acesso à Informação abriu espaço para a transparência passiva, estabelecendo diretrizes que rompem com a cultura do sigilo e permitem identificar informações passíveis de acesso público. Nesse contexto, considere os itens a seguir:

- I - documentos e informações relacionados a candidatos aprovados em seleções para o provimento de cargos públicos.
- II - informações referentes a valores de benefícios pagos e identificação de beneficiários de programas sociais.
- III - informações relativas à instrução de processos administrativos disciplinares de servidores em fase conclusiva.
- IV - registros de entrada e saída de pessoas em órgãos públicos do Poder Executivo Federal.

Ressalvadas as hipóteses legais de sigilo, bem como as normas de privacidade de dados pessoais, são passíveis de acesso público **SOMENTE** os itens:

- (A) I e III
- (B) I e IV
- (C) II e III
- (D) I, II e IV
- (E) II, III e IV

8

O governo de uma capital brasileira detém o controle de uma área de vegetação na zona norte da cidade, onde habitam populações mais periféricas e com acesso reduzido a opções de lazer. Como parte de um dos seus compromissos de gestão, o prefeito apresentou um projeto de criação de um parque na área de vegetação, com a inserção de equipamentos esportivos e infantis de uso individual e coletivo, o que implicaria supressão de parte da vegetação.

Nesse contexto, um mecanismo adequado que possibilita a participação da sociedade local e fomenta o exercício da cidadania na discussão do projeto apresentado pelo prefeito é a

- (A) realização de audiências públicas
- (B) criação de um conselho gestor de parques públicos
- (C) abertura de canal específico na ouvidoria municipal
- (D) promoção de uma conferência temática de meio ambiente
- (E) estruturação de um serviço local de informação ao cidadão

9

A universalização da saúde no Brasil afere um conjunto de ações e serviços intergovernamentais, intragovernamentais e advindos da iniciativa privada.

Em relação à iniciativa privada, nesse âmbito, seu caráter é

- (A) estrutural
- (B) complementar
- (C) especial
- (D) funcional
- (E) elementar

10

Durante a campanha de vacinação contra a gripe, o Governo Federal realizou intensa campanha publicitária, divulgando a importância da vacinação, o período em que a campanha aconteceria e a localização dos postos de vacinação em cada município.

Nesse caso, observa-se que a comunicação é descendente, em que o governo atua como emissor e o cidadão como receptor, e que é utilizada a comunicação de massa, de forma que o fluxo comunicacional existente entre governo e cidadão é caracterizado como fluxo de

- (A) decisão
- (B) consulta
- (C) integração
- (D) informação
- (E) participação ativa

RASCUNHO

EIXO 2

11

Vacinação é a administração de micro-organismos infecciosos mortos, vivo-atenuados, ou partes destes, com o intuito de induzir a formação de anticorpos e prevenir infecção e doenças relacionadas. De acordo com a situação epidemiológica de um grupo populacional de uma determinada região, podem ser utilizadas estratégias vacinais diversas.

A seguinte circunstância é definida como vacinação de bloqueio:

- (A) quando algumas pessoas não vacinadas são indiretamente protegidas pela vacinação da maioria da população.
- (B) quando se imuniza para bloquear o adoecimento de uma pessoa já infectada, cuja data do contágio é sabida, e com tempo suficiente para a vacina estimular a proteção.
- (C) quando se utiliza estratégia de administração de anticorpos (imunoglobulinas) para indivíduos expostos não imunizados.
- (D) quando se utiliza a administração de quimioterápicos para indivíduos expostos não imunizados.
- (E) quando ocorre um surto de uma doença, com o objetivo de proteger do surgimento de novos casos.

12

Promoção da Saúde, de acordo com o conceito da Organização Mundial da Saúde (OMS), é um conjunto de estratégias e formas de produzir saúde no âmbito individual e coletivo, visando atender às necessidades sociais de saúde e garantir a melhoria da qualidade de vida da população, estando marcada pelas tensões próprias à defesa do direito à saúde.

A seguinte conduta representa uma das estratégias para impulsionar a Política Nacional de Promoção da Saúde:

- (A) o reforço às transformações das práticas dos serviços de saúde para a prevenção e proteção de doenças.
- (B) a capacidade de regulação estatal a partir do ente federal agindo sobre os fatores de proteção e promoção da saúde.
- (C) a reorientação do cuidado na perspectiva do respeito à autonomia e à cultura, numa interação do cuidar/ser cuidado, ensinar/aprender.
- (D) a gestão intrassetorial (do setor saúde) dos recursos na abordagem dos problemas e potencialidades em saúde.
- (E) o enfoque verticalizado das políticas, programas, projetos e ações, com prioridade para a atenção básica.

13

A Política Nacional de Saúde, expressa na Lei nº 8.080/1990 e suas alterações e atualizações, dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

São definidos nessa lei os seguintes subsistemas:

- (A) acompanhamento a mulher nos serviços de saúde; atenção à saúde do idoso.
- (B) atenção à saúde do idoso; atenção à saúde indígena.
- (C) atenção à criança e ao adolescente; atenção à saúde indígena.
- (D) atendimento e internação domiciliar; acompanhamento a mulher nos serviços de saúde.
- (E) atenção à criança e ao adolescente; atendimento e internação domiciliar.

14

Entre os principais instrumentos de articulação federativa para a produção de políticas e a provisão de serviços públicos, encontram-se os consórcios entre entes federados, regidos pela Lei Federal nº 11.107/2005 (conhecida como Lei de Consórcios).

O seguinte elemento dessa legislação demonstra a maior confiabilidade do compromisso firmado por entes federados:

- (A) aprovação dos Poderes Legislativos dos entes consorciados.
- (B) definição do ente estadual como centralidade do processo.
- (C) anuência da esfera federal na definição do consórcio.
- (D) utilização dos modelos contratuais preexistentes para facilitar a sua elaboração.
- (E) exigência de que a denúncia por não cumprimento seja apresentada bilateralmente.

15

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (PCD) assegura a inclusão no trabalho da PCD em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária.

No texto da lei, trata-se de uma prerrogativa o(a)

- (A) atendimento de forma igualitária às PCD, sem distinção com relação a sua inserção no campo de trabalho.
- (B) disponibilização de recursos de tecnologia assistiva, de agente facilitador e de apoio no ambiente de trabalho para a PCD.
- (C) realização de exames periódicos diferenciados e específicos para a PCD, independentemente do cargo.
- (D) definição do posto de trabalho de acordo com a capacidade adaptativa da PCD, independentemente de perfil vocacional.
- (E) programação de educação permanente ou continuada específica para a PCD.

16

Segundo estudos relevantes na área de Políticas Públicas, as deliberações de conferências de políticas públicas constitucionais (como os casos das políticas de saúde e da assistência social) têm mais força na esfera dos órgãos decisórios de âmbito federal, mesmo que tal fato não se reflita na garantia da implementação. Todavia, o processamento dos seus resultados tem sido um desafio para os governos.

A seguinte situação representa um desses desafios no processamento:

- (A) demanda rigorosa por prestação de contas para a sociedade sobre os resultados efetivos de sua participação.
- (B) integração alta entre as decisões tomadas nas conferências nacionais e as tomadas no âmbito do Congresso Nacional.
- (C) intervalos curtos entre essas conferências com temáticas semelhantes.
- (D) articulação forte entre as conferências locais e as conferências municipais.
- (E) existência de boa estratégia de coordenação horizontal entre as diversas conferências nacionais.

17

As políticas afirmativas têm como marco no Brasil a Lei de Cotas, que são reservas de vagas para determinados segmentos da população, como pessoas negras (pretas ou pardas), indígenas e pessoas com necessidades especiais.

A respeito da legislação para questões étnico-raciais, é assegurada

- (A) a reserva de cotas independentemente do número de vagas propostas para o cargo pleiteado no concurso.
- (B) a existência da cota de vagas mesmo sem constar esse número específico de vagas no edital.
- (C) a participação concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação.
- (D) a transferência da vaga para outro concurso caso essa vaga não seja preenchida por cotista.
- (E) a cota de 15% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos.

18

Estudos apontam que, a partir de uma reflexão sobre a dimensão da dinâmica histórica do Sistema de Garantia de Direitos, tendo por referência os processos permanentes de mudança que incidem sobre as relações de sociedade, pode-se perceber que são muitos os espaços que precisam ser engajados para a garantia de direitos.

Dessa forma, o sistema de garantia de direitos teria que contemplar, na sua configuração, cinco eixos. Um desses eixos objetiva preparar a sociedade como um todo para vivenciar a cidadania e, especificamente, discutir, contextualizar, em uma perspectiva crítica, a garantia desses direitos.

Trata-se do eixo

- (A) da instituição do direito
- (B) da defesa do direito
- (C) da promoção do direito
- (D) do controle do direito
- (E) da disseminação do direito

19

A ampliação da autonomia administrativa, política e financeira dos municípios, ocorrida a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, gerou um amplo processo de descentralização. A partir dessas transformações, surgem novos papéis e responsabilidades desse ente federativo, marcadas por uma maior participação popular nos processos de gestão e tomada de decisão.

Diante dessa nova institucionalidade verifica-se que

- (A) os problemas de natureza política tendem a ser facilmente contornados.
- (B) a resistência e o boicote por parte de grupos afetados (do governo e da sociedade) reduzem.
- (C) os custos de informação podem ter uma elevação.
- (D) os custos de imposição (*enforcement*) tendem a uma redução.
- (E) os custos de manutenção tendem a não ser alterados.

20

A vigilância da saúde está intimamente relacionada ao conceito de território e requer uma combinação de diferentes tecnologias que podem, por um lado, ser duras, como os equipamentos biomédicos; e por outro, flexíveis, como as tecnologias sociais, selecionadas para atender requisitos como adequação, eficácia e oportunidade, de modo a reestruturar as práticas de saúde e a organizar a rede de serviços.

Assim sendo, a implementação do modelo da vigilância da saúde é um processo complexo que apresenta o seguinte enfoque:

- (A) clínico como conceito de integralidade
- (B) cuidado como conceito de assistência
- (C) populacional como conceito de prevenção
- (D) risco como conceito de proteção
- (E) território como conceito de promoção

RASCUNHO

EIXO 3

21

Quando se busca entender a história do trabalho e a sua intrínseca relação entre a força sobre os meios de produção e o controle deles, observa-se que a diferença basal entre a servidão e a escravidão se estabelece na

- (A) propriedade
- (B) religião
- (C) produtividade
- (D) tecnologia
- (E) exploração

22

Para analisar os processos econômicos de industrialização no Brasil, o historiador Geraldo de Beauclair propõe que há um movimento de passagem da pré-indústria para a indústria propriamente dita.

Como esclarece Arruda, quando o processo de mecanização ocorre em um dos ramos da produção, ele se difunde para outros ramos, especialmente naqueles setores industriais nos quais haja isolamento em virtude da divisão social do trabalho, de tal modo que cada um produz uma mercadoria independente, mas que constituem, no conjunto, um processo global de produção. O exemplo característico é o da tecelagem, que envolve o aprimoramento na produção de fios, o avanço das indústrias mecânicas para a produção de máquinas, o progresso da metalurgia para produzir o ferro, o desenvolvimento da mineração para extrair carvão mineral, o progresso das experiências químicas (para o aprimoramento das técnicas de branqueamento ou tinturaria) etc.

BEAUCLAIR, G. **Raízes da indústria no Brasil**. Rio de Janeiro: Studio F&S Editora, 1992. p. 13-14.

De acordo com o autor, a pré-indústria deve ser entendida como uma etapa em que a(o)

- (A) generalização do assalariamento ocorre nos processos produtivos.
- (B) poupança comercial propicia um salto qualitativo de investimentos.
- (C) mecanização da produção ocorre, mas não está generalizada.
- (D) mercado mundial é viabilizado pelos transportes a vapor.
- (E) comércio de *commodities* permite reservas energéticas para a indústria.

23

O texto freudiano intitulado “Psicologia das massas e análise do eu” introduz o campo de estudos da psicologia dos grupos, das identificações e dos processos de aprendizagem social. Nele, Freud afirma

A oposição entre psicologia individual e psicologia social ou das massas, que à primeira vista pode parecer muito significativa, perde boa parte de sua agudeza se a examinamos mais detidamente. É certo que a psicologia individual se dirige ao ser humano particular, investigando os caminhos pelos quais ele busca obter a satisfação de seus impulsos instintuais, mas ela raramente, apenas em condições excepcionais, pode abstrair das relações deste ser particular com os outros indivíduos. Na vida psíquica do ser individual, o Outro é via de regra considerado enquanto modelo, objeto, auxiliador e adversário, e portanto a psicologia individual é também, desde o início, psicologia social, num sentido ampliado, mas inteiramente justificado.

FREUD, S. **Obras completas volume 15** - Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923). São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 10.

A obra freudiana ajudou a entender a formação de grupos dentro da sociedade e a forma como a interação e os comportamentos acontecem dentro dos diversos grupos sociais.

Os elementos apresentados no texto sustentam que a

- (A) aprendizagem depende da interação do indivíduo com o meio social.
- (B) constituição do ego decorre dos processos narcísicos.
- (C) psicologia individual precede a psicologia grupal.
- (D) psicologia individual pode ser entendida totalmente separada da interação grupal dos indivíduos.
- (E) oposição entre a psicologia individual e a psicologia social é consistente e deve ser estudada com afinco.

RASCUNHO



24

Para analisar as estruturas mais recentes do mundo do trabalho, Ricardo Antunes considera o seguinte exemplo:

Começamos pelo exemplo recente mais exuberante. A Amazon (incluindo a Amazon Mechanical Turk) é de grande significado. [...] Depoimentos de trabalhadores nos EUA demonstram que caminhar 24 ou 25 km ao longo do dia, para buscar nas prateleiras os produtos a serem enviados em tempo veloz aos consumidores, é prática sistemática. Embalar 120 a 200 produtos por hora, trabalhar 55 horas por semana e até 10 horas por dia, em períodos de vendas intensas, como no período natalino, compõe o cotidiano de trabalhadores em sua unidade de Tilbury, na Inglaterra, onde se encontra o seu maior centro de *e-commerce* na Europa, no qual são vendidos mais de 1 milhão e 200 mil produtos por ano, conforme relato feito pelo jornalista Alan Selby.

ANTUNES, R. Uberização do trabalho e capitalismo de plataforma: uma nova era de desantropomorfização do trabalho?. **Revista Análise Social**. Lisboa n. 248, 2023 p. 518. Disponível em <https://revistas.rcaap.pt/analisesocial/article/view/33535/23430>. Acesso em: 29 fev. 2024. Adaptado.

O caso descrito pelo autor tem sido comum nas configurações mais recentes do mundo do trabalho.

Trata-se de um modelo de trabalho que conjuga a atividade digital com a(o)

- (A) redução tendencial da jornada semanal
- (B) diminuição potencial do capital permanente
- (C) exploração intensa do trabalho físico/material
- (D) garantias latentes de bem-estar ao trabalhador
- (E) exigência crescente de qualificação da mão de obra

25

Criticando as exigências de empregabilidade cada vez mais comuns no mercado de trabalho, Pierre Dardot e Christian Laval escreveram que:

[...] se deixa de querer prejudicar a eficácia do sujeito por títulos, diplomas, *status*, experiência acumulada, ou seja, a posição que ele ocupa numa classificação, porque passa-se a confiar na avaliação mais fina e regular de suas competências postas efetivamente em prática a todo instante. O sujeito não vale mais pelas qualidades estatutárias que lhe foram reconhecidas durante sua trajetória escolar e profissional, mas pelo valor de uso diretamente mensurável de sua força de trabalho.

LAVAL, C; DARDOT, P. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 351. Adaptado.

A caracterização dos autores acompanha transformações importantes nos dispositivos de Estado e no modo de funcionamento da economia privada.

Nesse sentido, a política econômica mais alinhada à recente reestruturação produtiva e o requisito exigido do trabalhador são, respectivamente, o

- (A) liberalismo e a experiência internacional
- (B) nekeynesianismo e a autoaprendizagem
- (C) desenvolvimentismo e a experiência prática
- (D) neoliberalismo e a certificação de competências
- (E) anarcocapitalismo e a instrução técnico-universitária

26

O texto apresentado a seguir faz a crítica a uma percepção que atravessa o imaginário cultural brasileiro e marca, de forma profunda, a construção identitária de uma parcela da população brasileira, bem como as relações sociais no Brasil.

É importante chamar a atenção para isso, porque o texto, de modo geral, é a reprodução do preconceito de não haver preconceito, como disse o Florestan Fernandes, e de tomar sempre os Estados Unidos como modelo: nos Estados Unidos é que tem racismo; aqui não tem, os negros mesmo dizem isso, e, sabemos, existe aí de montão.

Portanto, essa cidadania a que estamos nos referindo aqui no decorrer destes debates, a cidadania do negro é uma cidadania esfaļalhada, é uma cidadania dilacerada [...]

GONZALES, L. A cidadania e a questão étnica. In: RIOS, F.; LIMA, M. (org). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 232-241. Adaptado.

A crítica citada se refere à ideia de

- (A) benevolência do colonizador português
- (B) teoria do colonialismo subdesenvolvido
- (C) mito do nativo preguiçoso
- (D) mito da democracia racial
- (E) complexo de vira-latas

27

INDÚSTRIA BRASILEIRA DE GÁS NATURAL: padrão de concorrência e predomínio da Petrobras

A estrutura consolidada da Petrobras permite que a empresa compre o gás natural produzido em território nacional e todo gás natural importado antes de o gás ser devidamente distribuído ao mercado nacional. A Petrobras compra quase toda a produção nacional (dos demais produtores nacionais) e praticamente 100% do gás natural importado, tanto via gasoduto quanto no estado líquido (GNL).

GOLMIA, F. **Indústria brasileira de gás natural**: padrão de concorrência e predomínio da Petrobras. Dissertação (Mestrado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2020. f. 111. Adaptado.

Com base no texto, é permitido concluir que a produção nacional de gás natural da Petrobras caracteriza um

- (A) *dumping*
- (B) oligopsonia
- (C) cartel
- (D) truste
- (E) monopsonia

28

A globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista. [...] No fim do século XX e graças aos avanços da ciência, produziu-se um sistema de técnicas presidido pelas técnicas da informação, que passaram a exercer um papel de elo entre as demais, unindo-as e assegurando ao novo sistema técnico uma presença planetária. Só que a globalização não é apenas a existência desse novo sistema de técnicas. Ela é também o resultado das ações que asseguram a emergência de um mercado dito global, responsável pelo essencial dos processos políticos atualmente eficazes.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 23-24. Adaptado.

Essas técnicas da informação são apropriadas por alguns Estados e por algumas empresas transnacionais, aprofundando, assim, a desigualdade planetária.

No bojo das transformações do mundo do trabalho, tais mudanças em escala global provocaram a(o)

- (A) expansão do emprego formal e o fortalecimento dos sindicatos
- (B) precarização do trabalho e o enfraquecimento do ativismo sindical
- (C) elevação dos níveis salariais e a estabilidade do mercado de trabalho
- (D) fortalecimento do papel do estado-nação e a redução da pobreza
- (E) crescimento dos níveis de desemprego e a expansão da proteção social

29

A data inicial simbólica do fordismo deve por certo ser 1914, quando Henry Ford introduziu seu dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha automática de montagem de carros que ele estabeleceu no ano anterior em Dearborn, Michigan. Mas o modo de implantação geral do fordismo foi muito mais complicado do que isso.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. Edições Loyola: São Paulo, 1992. p. 124.

Para muitos estudiosos, o fordismo foi, de fato, um aprimoramento do taylorismo, motivo pelo qual é comum referir-se a ambos como um único sistema de organização produtiva: o taylorismo-fordismo.

A inovação de destaque desse sistema produtivo no primeiro quarto do século XX foi a

- (A) introdução do trabalho qualificado
- (B) diversificação da produção industrial
- (C) produção conforme a demanda
- (D) criação da linha de montagem
- (E) fusão do trabalho manual e intelectual

30

A precarização do trabalho suscita uma nova questão social, cujo núcleo seria a existência de inúteis para o mundo e, em torno deles, de uma nebulosa de situações marcadas pela instabilidade e pela incerteza do amanhã, que atestam o crescimento de uma vulnerabilidade de massa.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 593. Adaptado.

A sociedade vem atravessando uma verdadeira metamorfose da questão social, caracterizada pelas mudanças da sociedade salarial entendida como um binômio trabalho-proteção social instituído no pós-Segunda Guerra Mundial.

Essa precarização é marcada pela

- (A) marginalização social e econômica do trabalhador urbano industrial frente ao trabalhador rural.
- (B) solidificação do aparato do bem-estar social com inserção dos jovens no mercado de trabalho.
- (C) integração social e econômica do trabalhador com fortalecimento do amparo dos mais vulneráveis.
- (D) vulnerabilização de pessoas e grupos de trabalhadores que vivem o risco da exclusão social.
- (E) regulação do trabalho assalariado em condição sólida, associada a garantias e direitos.

RASCUNHO



EIXO 4

31

A epidemiologia, ciência que estuda a distribuição das doenças ou condições relacionadas à saúde em populações especificadas e dos seus determinantes, pode ter os seus estudos classificados de acordo com o seu delineamento.

O seguinte desenho exprime um estudo ecológico:

- (A) investigação da etiologia de doenças ou de condições relacionadas à saúde, em um determinado grupo populacional (expostos e não expostos) a uma determinada condição.
- (B) verificação da possibilidade de a exposição e a condição de saúde do participante serem determinadas simultaneamente.
- (C) exame de como a incidência (casos novos) ou a prevalência (casos existentes) de uma doença, ou condição relacionada à saúde, varia de acordo com determinadas características, como sexo, idade, escolaridade e renda, entre outras.
- (D) acompanhamento de dois grupos populacionais, identificados como expostos e não expostos, a um determinado fator de interesse, sendo, posteriormente, esses dois grupos avaliados com base na incidência da doença/condição relacionada à saúde.
- (E) comparação para verificar a possível existência de associação entre a ocorrência da doença/condição relacionada à saúde e a exposição de interesse entre agregados de indivíduos (populações de países, regiões ou municípios, por exemplo).

32

O Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) é uma morbidade relacionada à exposição direta ou indireta a eventos traumáticos como morte, lesões ou traumas graves. No âmbito ocupacional, destaca-se a natureza das tarefas, em especial aquelas desenvolvidas por profissionais de emergências, como socorristas em ambulâncias que prestam atendimento pré-hospitalar, policiais que combatem o crime, e bombeiros que realizam atividades de busca e resgate. São características clínicas e/ou dimensões do TEPT as apresentadas a seguir:

- (A) duração de 3 semanas; humor deprimido
- (B) esquiva; alterações negativas da cognição
- (C) vulnerabilidade igual em todas as categorias sociais; revivescência
- (D) controle sobre o desenvolvimento das tarefas; labilidade de humor
- (E) modelo demanda-controle com alta demanda de trabalho; redução da excitabilidade

33

O *National Institute for Occupational Safety and Health* (NIOSH) define como espaço confinado “todo o espaço com passagens limitadas de entrada e saída, com ventilação natural deficiente, que contém ou produz contaminantes perigosos do ar e que não é destinado a ocupação humana contínua”.

Pela Norma Regulamentadora (NR) nº 33, considera-se atmosfera perigosa aquela em que exista

- (A) deficiência na ventilação e enriquecimento de oxigênio
- (B) deficiência na iluminação do ambiente
- (C) presença de risco de afogamento e aprisionamento
- (D) ausência de equipamentos de proteção individual
- (E) ausência de sinalização de segurança do espaço confinado

34

O papel desempenhado pela perícia oficial em saúde tem relevada importância social. Ela atua no sentido de assegurar os direitos do trabalhador quanto às suas necessidades de afastamento do trabalho, por motivo de doença e outros especificados em lei, sem prejuízo em sua remuneração e em seus benefícios. Diante dessa constatação, a perícia oficial de saúde é definida como o

- (A) ato sanitário que promove o afastamento, ou não, do trabalhador, a partir de avaliação realizada, de forma presencial, pelo médico ou cirurgião-dentista com formação específica no campo pericial.
- (B) ato sanitário que realiza a avaliação da situação laboral do trabalhador e promove o seu afastamento, temporário ou definitivo (aposentadoria), ou sua readaptação, ou reabilitação.
- (C) ato administrativo que define prioritariamente, a partir de avaliação documental, a situação do trabalhador em relação a sua atividade laboral, o seu afastamento temporário ou definitivo (aposentadoria) ou sua readaptação, ou reabilitação.
- (D) ato administrativo que define prioritariamente, a partir de avaliação técnica, de questões relacionadas à saúde e à capacidade laboral, realizada na presença do periciado por médico ou cirurgião-dentista formalmente designado.
- (E) ato previdenciário, realizado por médico ou cirurgião-dentista, com a finalidade de avaliar a saúde e a situação laboral do trabalhador quanto ao seu afastamento temporário ou definitivo (aposentadoria) ou sua readaptação, ou reabilitação.

35

Levando-se em consideração as exigências do mundo moderno, em que as empresas buscam uma produtividade cada vez maior para atender demandas do mercado, qual área da ergonomia visa a um equilíbrio entre as exigências do trabalho aos limites e capacidades do homem?

- (A) Psicossocial
- (B) Organizacional
- (C) Laborativa
- (D) Cognitiva
- (E) Física

36

Todo processo de intoxicação envolve algumas fases. O conhecimento delas é importante para compreender como funciona o agente tóxico em contato com o organismo humano.

No que diz respeito a esse tema, verifica-se que a fase da

- (A) exposição marca o movimento dos agentes tóxicos dentro de um organismo.
- (B) toxicocinética representa o quanto de um agente tóxico chega ao órgão alvo.
- (C) tóxico-concentração avalia a concentração de um agente tóxico que atinge um indivíduo.
- (D) toxicodinâmica afere a ação dos agentes tóxicos dentro de um organismo.
- (E) clínica corresponde aos efeitos da dinâmica da distribuição de um agente tóxico em um órgão alvo.

37

A multicausalidade das doenças relacionadas ao trabalho pode ser um fator de dificuldade para estabelecer a relação dessas doenças com a exposição ocupacional. O câncer é um desses agravos, com múltiplos componentes relacionados com o seu surgimento.

Dessa forma, a seguinte atividade profissional apresenta uma associação definida com um determinado tipo de câncer:

- (A) trabalhadores da indústria naval com mesotelioma.
- (B) trabalhador de unidade de terapia intensiva com câncer de próstata.
- (C) trabalhador de postos de combustíveis com câncer hematológico.
- (D) trabalhador de escritório de administração e câncer de estômago.
- (E) trabalhadores de frigoríficos com mesotelioma.

38

O trabalho do profissional de saúde nas unidades, em particular nos hospitais, está submetido a um risco biológico aumentado por acidentes do trabalho, causados por material perfurocortante.

O modelo de abordagem e intervenção (baseado na mudança de comportamento das pessoas em direção à promoção da saúde) que leva os trabalhadores a utilizarem formas mais seguras de trabalho é o seguinte:

- (A) de King
- (B) de Bandura
- (C) de Pender
- (D) de Green & Kreuter
- (E) da Teoria Social Ecológica

39

A sobrecarga do trabalho é uma das dimensões mais importantes para avaliar estresse ocupacional. A respeito dessa avaliação, o que representa uma resposta de um trabalhador a essa sobrecarga?

- (A) Ter dificuldade em manter o equilíbrio entre o trabalho e outras atividades pessoais.
- (B) Relatar que recebe informação ou sugestão das pessoas que trabalham junto com o trabalhador.
- (C) Preocupar-se com as diferentes expectativas das pessoas com o seu trabalho.
- (D) Perceber que muitos colegas de trabalho estão cansados devido às exigências da empresa.
- (E) Não conseguir atender as diversas exigências dos colegas de trabalho da empresa.

40

Assédio moral no trabalho é caracterizado por comportamentos hostis, repetitivos e prolongados no ambiente profissional. Embora o problema venha sendo estudado há mais de quatro décadas, os aspectos de gerenciamento e prevenção ainda necessitam de maior estudo.

A respeito desse tema constata-se que

- (A) situações relacionadas com gênero caracterizam assédio sexual.
- (B) ações de comunicação pouco representam na redução desse problema.
- (C) diferença hierárquica entre os profissionais envolvidos descarta o quadro.
- (D) ocorrência de forma rotineira dificulta sua identificação e valorização.
- (E) relações afetivas interpessoais entre os trabalhadores pouco interferem na caracterização do assédio.

RASCUNHO



EIXO 5

41

O período de férias do trabalhador empregado se caracteriza como um evento de

- (A) suspensão do contrato individual de trabalho
- (B) interrupção do contrato individual de trabalho
- (C) suspensão e interrupção do contrato coletivo de trabalho
- (D) alternância da suspensão e interrupção no contrato coletivo de trabalho
- (E) concomitância da suspensão e interrupção no contrato coletivo de trabalho

42

Determinado trabalhador foi contratado para exercer suas atividades em local estabelecido no seu contrato de trabalho, o que ocorreu durante dez anos. Após consulta ao sindicato da sua categoria profissional, verificou-se que não foram pagas diversas verbas previstas em acordos coletivos. O trabalhador foi demitido pelo seu empregador e pretende buscar os valores não pagos.

Nos termos da Constituição Federal de 1988, é direito do trabalhador ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de

- (A) cinco anos até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho
- (B) seis anos até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho
- (C) sete anos até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho
- (D) nove anos até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho
- (E) dez anos até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho

43

Um indivíduo formalizou contrato de trabalho com uma sociedade empresária submetida a avença às normas da Consolidação das Leis do Trabalho. A relação de emprego durou dez anos com inúmeros elogios obtidos pelo empregado. No entanto, ao final desse período decenal, houve um desentendimento, e o empregador realizou o desligamento do empregado alegando justa causa por fatos ocorridos no início da relação contratual.

Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho e da doutrina dominante, a justa causa que enseja o término do contrato de trabalho deve ter a característica da

- (A) atualidade
- (B) associação
- (C) negociação
- (D) perseverança
- (E) imprescindibilidade

44

Um estudante pretende obter trabalho sem prejudicar sua dedicação aos estudos. Ele verifica que existem várias ofertas de trabalho que podem satisfazer suas necessidades materiais sem prejudicar seu esforço educacional.

Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, para trabalhos esporádicos, pode ser celebrado contrato com jornada

- (A) avulsa
- (B) coletiva
- (C) específica
- (D) intermitente
- (E) participativa

45

Um indivíduo foi contratado para prestar serviços, em relação de emprego, com uma sociedade empresária, que efetuou o seu registro regular, subscrevendo sua Carteira do Trabalho e Previdência Social (CTPS). O contrato foi alongado, tornando-se um contrato por tempo indeterminado. No ano de 2023, a empregadora atrasou salários e não recolheu verbas pertinentes ao FGTS.

Observado tal contexto, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, poderá o empregado requerer rescisão

- (A) baseada em necessidade material
- (B) causada por abuso de direito
- (C) por incompetência patronal
- (D) por calamidade econômica
- (E) indireta do contrato

46

Um indivíduo foi selecionado, em processo competitivo, para admissão em emprego, e logrou aprovação. Após a assinatura do contrato, ele foi alocado em setor produtivo e, em seguida, integrou diversas áreas da empresa contratante. No final de doze meses de efetivo serviço, sem qualquer falta, passou a ter direito a férias, de acordo com as normas em vigor.

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, o empregador

- (A) estabelecerá, unilateralmente, a fruição das férias em períodos.
- (B) determinará o início das férias na véspera de feriados.
- (C) fixará o período para fruição das férias, na época do seu interesse.
- (D) designará comissão paritária para definir as datas de fruição das férias.
- (E) acordará o período de férias com o Ministério do Trabalho, em caso de férias coletivas.

47

Nos termos da Lei nº 7.783/1989, Lei de Greve, é(são) considerado(s) serviço(s) ou atividade(s) essencial(is)

- (A) assistência médica, hospitalar e social
- (B) tratamento e abastecimento de água; produção e distribuição de energia elétrica
- (C) transporte de carga de animais
- (D) guarda, uso e controle de substâncias psicotrópicas
- (E) tratamento de gases, combustíveis e hidrogênio verde

48

Um trabalhador portuário foi designado para coordenar grupo que pretende estabelecer o acompanhamento da execução das regras existentes para proporcionar segurança e saúde dos trabalhadores dos portos, notadamente nos navios, onde ocorrem muitos acidentes.

Nos termos da Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho Portuário (NR 29), os conveses devem possuir aberturas protegidas contra

- (A) ataque de tubarões
- (B) corrosão por química
- (C) desgaste da maresia
- (D) invasões de piratas
- (E) queda de pessoas

49

Após ser contratada para emprego em prestigiada companhia multinacional, H contrai casamento e fica grávida, passando a cuidar do seu filho, recém-nascido. Depois do período de licença legal, ela requer o seu retorno ao trabalho, onde exerce funções relevantes. Como forma de conciliar a condução da vida em família com o emprego, ela postula a concessão dos benefícios previstos em lei. De acordo com a Lei nº 14.457/2022, o incentivo à inserção e à manutenção das mulheres no mercado de trabalho pode ser realizado, quando a atividade permitir, para apoio à parentalidade, por meio da flexibilização do regime de trabalho.

Nos termos dessa lei, uma das formas de flexibilização do regime de trabalho é implementar jornada de

- (A) seis horas trabalhadas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso
- (B) oito horas trabalhadas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso
- (C) dez horas trabalhadas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso
- (D) doze horas trabalhadas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso
- (E) quatorze horas trabalhadas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso

50

Um trabalhador rural foi prestar serviços em determinada localidade, sendo fornecidas moradia e alimentação por parte do empregador, além de estabelecida jornada de trabalho.

Nos termos da Lei nº 5.889/1973, só poderão ser descontadas do empregado rural, pela ocupação da moradia, parcelas, calculadas sobre o salário mínimo, até o limite de

- (A) cinco por cento
- (B) dez por cento
- (C) quinze por cento
- (D) vinte por cento
- (E) vinte e cinco por cento

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

